

MUSEU DA PESSOA

História

Seu legado é a justiça social no Brasil

História de: [Luiz Antônio Camargo de Melo](#)

Autor: [Ana Paula](#)

Publicado em: 24/01/2021

Sinopse

Luiz Antônio Camargo de Melo, carioca, nasceu em 7 de julho de 1960, vivendo até se casar na cidade do Rio de Janeiro, onde se formou em direito. Fala de sua atuação profissional na luta pelas questões sociais, desigualdades, principalmente no combate ao trabalho escravo e infantil no Brasil.

História completa

Projeto Fundação Banco do Brasil Realização Instituto Museu da Pessoa Entrevista de Luiz Antônio Camargo de Melo Entrevistado por Cláudia Leonor Brasília, 2 de fevereiro de 2006 Código:FBB_CB008 Transcrito por Raquel Martins Reiso Revisão: Fabíola Lugão C. Viggiano P/1 – Então, pra registrar na entrevista eu queria perguntar o seu nome completo, local e a data de nascimento. R – Meu nome é Luiz Antônio Camargo de Melo, eu sou carioca da cidade do Rio de Janeiro, nasci em 7 de julho de 1960. P/1 – O nome dos seus pais e o que é que eles faziam? R – O nome do meu pai é Antonio de Melo, ele é aposentado, né, mas ele trabalhou como motorista e minha mãe é Geni Camargo de Melo, que também está aposentada e trabalhou como professora. P/1 – Luiz, você passou a infância no Rio de Janeiro, a adolescência? R – Sim, no Rio de Janeiro. P/1 – Quais são as lembranças, assim, marcantes do Rio? R – Bom, eu acho que eu vivi no Rio no tempo que a gente ainda podia jogar bola na rua, soltar pipa e as minhas lembranças são as melhores possíveis. Eu ainda amo o Rio de Janeiro, como se aquela cidade ainda fosse a mesma de 20, 30 anos atrás, né, onde a gente vivia, assim, digamos, grande tranquilidade. P/1 – Que bairro você morava? R – Quando eu nasci, eu nasci no centro da cidade e meus pais moravam na Ilha do Governador. Como eu fui o primeiro neto, o meu avô, pai da minha mãe, praticamente exigiu que o meu pai fosse morar perto da casa dele, então ainda pequeno, antes de 3 anos de idade eu fui morar na Baixada Fluminense em Duque de Caxias e lá vivi a maior parte da minha vida, né, aí depois casei e saí de lá. P/1 – E, Luiz, o que é que te levou a fazer Direito? R – A expectativa de aliar a profissão, o exercício profissional com uma perspectiva de luta por uma questão social, pela defesa dos direitos das pessoas que às vezes não têm quem faça essa defesa. P/1 – Mas especificamente nessa área de combate ao trabalho escravo, como que começou seu interesse? R – É porque essa opção pelo Direito, traz com ela uma segunda opção que é a opção pelo Direito do Trabalho, né? Já no segundo ano da faculdade - a faculdade é de 5 anos, eu estudei na Faculdade Federal do Rio de Janeiro - eu já comecei a militar na área sindical, mesmo não podendo estagiar, porque o estágio só é feito nos dois últimos anos, quarto e quinto anos, mas eu já a partir do segundo ano eu comecei a militar em sindicatos. Então estagiei em sindicatos do Rio de Janeiro, depois advoguei para esses sindicatos, fui advogado de vários sindicatos no Rio de Janeiro e em seguida, o concurso público para o Ministério Público do Trabalho porque a minha vivência profissional no direito do trabalho mostra que é importante se estabelecer um exercício profissional em defesa do trabalhador. Isso acabou me levando ao Ministério Público do Trabalho e uma vez no Ministério Público do Trabalho a opção pelas áreas que você tem a possibilidade de fazer com que o direito chegue a trabalhadores que são explorados, crianças que são exploradas e daí em diante. P/1 – Quando que você veio pra Brasília? R – Eu estou em Brasília há pouco tempo, estou em Brasília há quase 2 anos e meio. Antes de Brasília eu trabalhei 10 anos no Mato Grosso do Sul, uma experiência muito rica, nós tivemos uma intensa atuação de combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo em carvoarias, de regularização do trabalho dos indígenas nas destilarias de açúcar e álcool lá no Mato Grosso do Sul, né, e esse trabalho me propiciou um amadurecimento profissional muito grande e uma promoção que me trouxe pra Brasília. P/1 – E aí a partir de então, quais passam a ser os desafios aí na carreira? R – Hoje eu tenho uma atuação intensa no Ministério Público, na Procuradoria Geral do Trabalho. Eu coordeno a Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, coordeno uma segunda coordenadoria nacional que é a Coordenadoria de Recursos Judiciais e sou membro eleito do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho. Isso já me dá uma agenda, assim, digamos, bastante concorrida, então não me deixa muito tempo pra, digamos assim, pensar em outras coisas. Mas a expectativa profissional é extremamente gratificante no Ministério Público do Trabalho. P/1 – Quais são as principais ações da coordenadoria, da Primeira Coordenadoria... R – De Erradicação do Trabalho Escravo... P/1 – Isso. R – Olha, nós participamos de todas as operações de resgate de trabalhadores. Há um grupo, né, organizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, grupo de auditores fiscais, chamado Grupo Móvel, e os procuradores do Trabalho participam ativamente dessas operações. Nós recebemos denúncias e juntamente com os auditores fiscais, nós procuradores do trabalho, vamos aos locais onde há denúncia de trabalho escravo, de exploração de trabalhadores, de trabalho degradante, né? E quando essas denúncias são confirmadas, nós participamos do processo de retirada, de resgate desses trabalhadores e além disso entramos com ações, as chamadas Ações Cíveis Públicas da Justiça do Trabalho pleiteando direitos desses trabalhadores, principalmente as indenizações

por dano moral que é uma forma de punir aquele que explora o trabalhador fazendo com que ele pague uma indenização por manter trabalhadores em condições análogas à de escravo. P/1 – Pra estar registrando, normalmente são grandes empresas agrícolas ou fazendeiros, qual é o perfil desse trabalho escravo? R – Nós encontramos de tudo. Agora é um erro acreditar que quem pratica trabalho escravo no Brasil é uma pessoa que não tem informação. Isso é um erro, né, nós encontramos na maior parte das vezes grandes empresários, grandes empresas, grandes latifundiários. Eu costumo dizer que quando se trata de discutir trabalho escravo no Brasil tudo é grande, principalmente a impunidade. Talvez a impunidade seja a maior de todas as grandezas, né? Mas você entra numa fazenda que é do Rei do Feijão, você entra numa que é do Rei da Castanha do Pará, você entra numa fazenda que é do rei disso, rei daquilo, ou seja, o Rei da Exploração dos Trabalhadores. É isso que a gente tem encontrado. P/1 – Eu não sei se essa pergunta vai parecer ingênua, mas porque existe ainda essa cultura do trabalho escravo? Se a gente for pensar historicamente, que você já teve uma libertação oficial dos escravos, por que é que existe este resquício tão grande ainda? Não sei se é uma pergunta ingênua, mas... R – Não, não, veja, é o que eu não posso te dar é uma resposta simplista, né? Acontece o trabalho escravo no Brasil como acontece em vários lugares do mundo, isso não é um privilégio nosso, por conta da impunidade principalmente, por conta da ganância, né, aquela ânsia do lucro fácil. É muito fácil explorar o trabalhador, o trabalhador é uma mão-de-obra que é muito facilmente substituída. Veja, no período da escravidão imperial, o escravo custava caro, era muito caro trazer um escravo da África para o Brasil, então o próprio senhor do escravo tinha muito interesse... Claro que ele exercia o seu poder, o escravo não era considerado uma pessoa, era considerado um bem, então ele apanhava, enfim, trabalhava à força. Agora hoje o trabalhador é descartável, custa muito barato. Se você procurar chegar a mandar um representante, o fazendeiro manda um representante em vários municípios do interior, alguns desses municípios já estão perfeitamente identificados, né? E é uma forma muito fácil de conseguir trabalhadores e inclusive ludibriá-los levando-os para outro município onde eles vão prestar serviços. Então, você chega em cidades onde há uma miséria absoluta, uma desesperança, não há emprego, não há forma de prestar serviços, não há forma, inclusive, de sobreviver, digamos assim. Então há toda uma conversa, um engodo no sentido de levar o trabalhador para um outro município pra prestar serviços com a promessa de uma remuneração boa, de boas condições de trabalho, de poder voltar, de garantir a subsistência própria e da sua família e, na maior parte dos casos, o trabalhador quando chega ao local de trabalho, vê que não é nada daquilo. O empregador, esse que explora o trabalhador, esse chamado escravocrata moderno, ele tem um lucro muito grande, ele não recolhe nenhum dos impostos, ele não recolhe o Fundo de Garantia, ele não recolhe INSS [Instituto Nacional do Seguro Social], ele não paga salário. Trabalhador troca sua força de trabalho pela comida, que além de tudo é superfaturada, então é um bom negócio; além de tudo, há impunidade, não se prende ninguém. Hoje você tem punição efetiva, punição eficaz, só mesmo as autuações dos auditores fiscais que, infelizmente, são autuações em valores muito pequenos. As condenações obtidas pelos procuradores do trabalho na Justiça do Trabalho, as indenizações de dano moral, essas sim têm sendo em valores cada vez mais elevados, é a grande forma de punir e a restrição a crédito do dinheiro público. Quem acaba envolvido nesse crime, isso o cadastro de empregadores mantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, conhecido como Lista Suja, mas esse cadastro de empregadores é uma grande arma, né? O sujeito que pratica o trabalho escravo, ele acaba, não por determinação do Ministro do Trabalho, mas pela própria sistemática do sistema financeiro. Então se você vai emprestar dinheiro pra alguém, o sistema financeiro quer garantias, como é que o sistema financeiro vai emprestar dinheiro pra quem não pode dar garantias, para quem amanhã pode ter sua fazenda desapropriada ou ser condenado pela Justiça a uma indenização de grande montante, não é? Então essa é a lógica que nós queremos, que o sistema financeiro observe isso e não financie quem explora trabalho escravo, principalmente com dinheiro público. P/1 – Luiz, me fala uma coisa, você falou do resgate dos trabalhadores. Você participou de alguma ação de resgate em tropas? R – Inúmeras. P/1 – Como é que se dá, porque eu fico imaginando... R – Olha, eu já tô com saudade, na verdade eu já ando com saudade... Sim, porque há pelo menos uns 3 anos que eu não participo de operação de campo. Esse período que eu estou em Brasília, a gente acaba coordenando e você não tem chance de se coordenar, né? Você de se indicar pra ir de novo. Você pode dizer assim numa brincadeira, mas eu participei de inúmeras operações, eu posso destacar algumas envolvendo adolescentes, algumas envolvendo crianças... você encontrar crianças de 8, 10 anos trabalhando em forno de carvão, você encontrar um guri indígena de 12, 13 anos cortando cana como se fosse um adulto já formado e aí você quer tirar aquela criança indígena, aquele adolescente do corte da cana e você se depara com uma situação interessante porque às vezes um garoto de 13 anos já tem uma mulher e um filho pra sustentar dentro de uma comunidade indígena onde os valores culturais são diferentes dos nossos, Eu já enfrentei algumas situações dessas, já enfrentei cara feia, já enfrentei ameaça, já enfrentei porteira trancada, já enfrentei veículo... você voltando de noite do meio do mato pra cidade, a roda do carro solta do carro inexplicavelmente, você descobre que os parafusos foram afrouxados. A gente enfrenta situações desse tipo, mas é um trabalho, repito, gratificante. P/1 – Você falou que sente saudade, do que é que você sente saudade? R – De ir a campo, de voltar a campo. P/1 – O que é que você já passou lá dentro do campo? R – Olha, parece uma propaganda, eu estabeleço eu acho que a grande coisa, talvez o que seja mais bonito de se ver na televisão, a meu sentir, posso estar equivocado, é a propaganda. Então, a propaganda que vem sendo divulgada nesses últimos dias que estabelece, assim, isso aqui custa tanto, isso aqui custa tanto, isso aqui não tem preço, né? Então, você observar um cidadão de 50 anos, de cabeça branca com o rosto profundamente marcado por uma vida duríssima, sem dentes, receber 500, 600 reais e achar que está recebendo uma fortuna porque ele nunca viu tanto dinheiro junto. Esse cidadão nunca tirou uma fotografia, nunca teve um documento de identificação, então você chega num lugar como esse, faz com que esse cidadão seja identificado, você dá cidadania a esse cidadão, dá uma carteira de trabalho pra ele, tira uma fotografia, ele vai botar o dedão porque ele não sabe assinar o nome, nem desenhar o nome como o Mobral [Movimento Brasileiro de Alfabetização] ensinava ele não sabe e você dá um pagamento, faz com que o empregador pague ali na hora os direitos que ele tem direito porque ele trabalhou ali dois, três, quatro, cinco, sei lá quantos anos e nunca viu dinheiro, trabalhava pela comida que era superfaturada. Então você vê o sujeito abrir uma boca completamente vazia e dizer que tá feliz da vida, aí isso não tem preço! É disso que eu tenho saudade. P/1 – E, Luiz, como se caracteriza o trabalho escravo na cidade? Nos centros urbanos? R – É mais difícil de você identificar porque a caracterização do chamado trabalho escravo contemporâneo ela se dá em duas vertentes: a primeira delas é a absoluta supressão da liberdade e isso é difícil de ver na cidade porque na cidade os meios de locomoção são vários e facilitados. Agora, você põe o trabalhador numa fazenda, cem quilômetros de estrada de chão, ele não tem condição de sair a pé de lá no meio do mato, no meio do nada. Às vezes esse trabalhador é levado de noite, por estradas vicinais, ele não sabe nem onde está. Às vezes há o fornecimento de cachaça, aguardente, esse trabalhador vai embriagado durante a viagem para não ter como identificar o local onde está trabalhando. Então essas situações aliadas à violência, à coação psicológica, à ameaça, à servidão por dívida, acaba restringindo a liberdade do trabalhador. Ele não tem como sair, essa é uma das características do trabalho escravo. Agora, há também o trabalho degradante, esse pode ser observado mais facilmente nas cidades: é quando você observa... tem no campo, onde você acha um, você acha outro em se tratando de campo. Agora na cidade, a supressão da liberdade é mais difícil, mas as condições degradantes acontecem até com uma certa regularidade, digamos assim, porque é aquela situação que o trabalhador não tem acesso aos direitos garantidos pela legislação trabalhista, previdenciária, pela legislação de saúde e segurança do trabalhador,

então o trabalhador não tem um equipamento de proteção, é um trabalhador que não tem água potável, que não tem sanitários, que não tem um alojamento decente. Então isso você encontra no campo, mas pode encontrar na cidade também, a supressão de liberdade é mais difícil de encontrar na cidade. P/1 – E na cidade, em relação ao trabalho infantil? R – Olha, eu gosto de dizer em relação ao trabalho infantil...eu atuei muitos anos nessa área, hoje estou mais na área do trabalho escravo, mas eu gosto de dizer que enquanto a gente acreditar que essa é uma questão da sociedade...a sociedade acredita nisso, a sociedade acredita que o trabalho infantil é solução, que é muito melhor você botar a criança pra trabalhar pra não deixar que ela fique cheirando cola, praticando pequenos furtos nos sinais de trânsito ou nos calçadões. Então pra você evitar um mal muito grande que é a criança delinquente, então vamos botar a criança pra trabalhar. Não é essa a solução! Trabalho infantil não é solução, trabalho infantil é problema. Então, enquanto a gente ficar imaginando que trabalho infantil é solução, nós não vamos acabar com o trabalho infantil no Brasil. É preciso saber que o trabalho infantil é um problema, você não pode deixar a criança delinquir, mas você também não pode deixar a criança trabalhar. A criança precisa se formar, pra se formar ela precisa brincar, isso faz parte da formação. Pra você ter uma ideia, equipamento de proteção individual não existe pra criança nem pra adolescente, porque só foi feito pra adulto, porque se você colocar uma criança, um adolescente trabalhando numa situação de risco que precise do equipamento, por exemplo, pra proteger os olhos da fiação de um moinho, não tem, por quê? Porque os óculos são grandes, foi feito pra um adulto, então você não tem nem como proteger, quer dizer, é um absurdo se imaginar que o trabalho infantil é solução. Aí se cria histórias de aprendizagem onde você pega um guri de 12, 13, 14 anos e põe numa padaria pra aprender a fazer pão e diz “Não, isso é uma aprendizagem, ele está aprendendo a fazer pão, ele está aprendendo uma profissão.” Aí você vai botar um menino de 12 anos pra fazer pão numa padaria, trabalhando na beira do forno, você vai conseguir que ele se queime, porque não pode fazer parte daquele processo. A aprendizagem obriga, o processo de aprendizagem obriga a que? Escola regular, atividade, atividades lúdicas de entretenimento da criança pra favorecer a formação e o direito à aprender uma profissão. Isso não pode acontecer antes dos 14 anos. Dos 14 aos 16 é possível que se tenha uma relação de aprendizagem, mas não é o guri que pede um emprego na padaria e o sujeito bota ele pra fazer pão pra pagar 10 reais por semana, isso é abuso, isso é exploração. Então a aprendizagem ela tem um processo próprio, regulamentado, observado, regulado pra que a criança se desenvolva e aprenda um ofício. (TROCA DA FITA) P/1 – Bom, a gente estava falando, então, da questão do trabalho infantil, das cidades e tudo. Mas o Ministério Público atua, também, vamos supor, contra o trabalho infantil? R – Atua, hoje nós temos nossa procuradora geral, a Doutora Sandra Lia Simon, ela estabeleceu metas institucionais e teve o grande mérito de transformar essas metas institucionais em coordenadorias nacionais. Então o que ela tem de método institucional como, por exemplo, a erradicação do trabalho escravo - ela criou a Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo-, então o Ministério Público do Trabalho atua hoje, atua dessa forma, o Ministério Público do Trabalho criou coordenadorias nacionais, de erradicação de trabalho escravo, de erradicação de trabalho infantil, de combate às fraudes na legislação do trabalho, de combate a todas as formas de discriminação no emprego e na profissão e outras, fraudes na administração pública, trabalho portuário; são sete coordenadorias públicas. Então, nós estamos trabalhando dessa forma, esses grandes assuntos, eles acabam sendo canalizados para as coordenadorias nacionais, procuradores do Brasil inteiro vivem reunidos discutindo formas de enfrentar, de melhor enfrentar esses problemas e, desse jeito, nós também nos articulamos com outros setores, porque uma coisa nós aprendemos cedo, ninguém resolve esse problema sozinho, seja o trabalho infantil, seja o trabalho escravo, seja discriminação, qualquer tipo de discriminação, contra o negro, contra a mulher, contra a pessoa portadora de necessidades especiais. É imprescindível a atuação, a intervenção articulada, então você procura o Poder Público, o governo municipal, o governo estadual, o governo federal, os organismos desses governos, você procura os demais ramos do Ministério Público e você também vai atrás da sociedade civil que é o grande avanço que nós experimentamos, né? É a sociedade civil organizada, as ONGs, os sindicatos que participam junto conosco e nos auxiliam, cobram, trazem as denúncias, trazem as cobranças e ajudam, auxiliam no enfrentamento dessas situações. É um grande avanço. P/1 – Em relação ao trabalho escravo, tem alguma área geográfica, que ele se concentra em termos de Brasil? R – Hoje nós temos a maior incidência na área rural nos estados do Pará, do Mato Grosso, no Tocantins, de Rondônia, na Bahia, principalmente na chamada área de expansão da fronteira agrícola, não é? Então é muito comum observar um processo muito grande de desmatamento e casos de exploração de trabalhadores, porque a expansão da fronteira agrícola, ou seja, a destruição da mata nativa para plantar soja e outros insumos agrícolas ou para a criação do gado. Então, primeiro vem o desmate, depois a formação do pasto, então nesse primeiro momento de desmate, de destruição, é muito comum encontrar a exploração de trabalhadores. P/1 – É casado os dois... R – É, é porque num primeiro momento na atividade de pecuária, você não encontra muito o trabalho escravo, é difícil, mas no preparo do pasto que antecede a atividade pecuária você encontra. Agora, na área agrícola, você encontra antes, durante e depois. Você encontra antes, na preparação da terra, você encontra durante o plantio, você encontra depois, inclusive, na colheita. O algodão, por exemplo, é uma cultura em que você encontra muito a exploração de trabalhador, principalmente pelo curto espaço de tempo que tem determinadas tarefas na cadeia produtiva do algodão, na parte, de plantio e colheita. E aí há situações, muitas situações interessantes e que merecem uma atenção maior pra você interferir e evitar a exploração do trabalhador. P/1 – Posso te fazer uma pergunta: não sei se é bem o escopo do seu trabalho, mas hoje, no governo atual existe uma grande preocupação com a geração de trabalho e renda. Vocês têm alguma atuação em parceria, porque você estava falando dessa coisa da cadeia do algodão... R – Da cadeia produtiva. P/1 – ...da cadeia produtiva do algodão e que de repente você tem um ciclo ali, o trabalhador, enfim, tem esse ciclo e acaba a produção... Como é que vocês têm um trabalho conjunto? R – Sim, quando eu digo a você que é interativo atuar de forma articulada, intervenção articulada, é porque você não pode abrir mão dessa intervenção junto com os organismos públicos, privados e não governamentais também porque você tem uma linha de atuação que é voltada pra solução de problemas. Não adianta você ficar fazendo “oba-oba”, então eu entro numa fazenda, tem lá cem trabalhadores, vou lá e faço uma operação pirotécnica, dou entrevista pro rádio, pra televisão, pro jornal e deixo os trabalhadores lá? Então eu preciso tirar o trabalhador. Aí eu tiro o trabalhador, o que é que eu faço com esse trabalhador? Eu preciso dar a esse trabalhador uma forma com que ele não volte mais, então nós elaboramos um plano que foi entregue ao Presidente da República no início de 2003. O Presidente lançou esse Plano Nacional de Erradicação de Trabalho Escravo e tá quase todo esgotado, concluído, a maior parte das metas previstas no Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo estão cumpridas ou estão sendo cumpridas, né? São poucas as metas e principalmente as metas que dependem, assim, digamos das áreas mais sensíveis do governo, que é o do orçamento, eles são extremamente sensíveis, então essas metas nós temos um pouco mais de dificuldade, mas de uma forma geral a articulação está crescendo; nós, ano a ano, nós estamos avançando na erradicação do trabalho escravo e isso é muito bom! Você vai dizer assim: “Ah, vai erradicar até o final do ano?” Como queria o ex-ministro do atual governo? Eu acho muito difícil, mas é possível dizer que houve um avanço, isso é claro! Já desde o último governo, o último período do Presidente Fernando Henrique Cardoso é que nós viemos apresentando sensíveis avanços, né. Nós últimos quatro anos do Presidente Fernando Henrique Cardoso houve um avanço e nos 3 anos do governo do Presidente Lula o avanço foi muito maior. P/1 – Então tá, uma última pergunta: Luiz, se nós fossemos registrar a história da luta contra o trabalho escravo, o que você considera importante estar registrando e qual a importância desse registro dessa história? R – Olha, eu acredito que a grande

lição é sempre a lição democrática, é a da intervenção articulada. Eu participei em 1993...eu tomei conhecimento de um fórum no Mato Grosso do Sul que tinha sido...eu cheguei em Mato Grosso do Sul em setembro de 1993, eu fui pra lá pra ficar 25 dias e fiquei 10 anos, e tomei conhecimento de um fórum que tinha sido organizado seis meses antes da minha chegada que era constituído de organismos do governo estadual e federal e de entidades da sociedade civil, ONGs etc. Então, num primeiro momento eu senti um impacto, né? Sou procurador, sou membro do Ministério Público, sento à mesa com várias entidades, com várias pessoas pra tomar conhecimento do problema e discutir soluções e aí, naquele primeiro momento, o que é que eu encontro? Encontro dedo em riste, acusando o Ministério Público de não tomar providência. Olha, nós acabávamos de nos instalar no Mato Grosso do Sul, nós não existíamos no Mato Grosso do Sul e aí você vê que num primeiro momento você tem vontade de dizer: "Olha, já que é assim eu vou embora! Eu vou voltar pro meu gabinete, vou fazer o meu trabalho, não preciso ficar aqui ouvindo desaforo!" Mas aí você para e pensa e diz que aquele ali, vê que aquele ali é um sentimento justo da sociedade. A sociedade quer que o problema seja resolvido e você aprende, primeiro, que precisa ouvir, é preciso receber a informação, é preciso trabalhar essa informação e resolver o problema. E você aprende que você também não resolve sozinho porque eu vi uma criança uma vez, uma criança de 3 anos dormindo dentro de um forno de uma carvoaria, ela dormia no chão, já tinha com 3 anos a respiração, parecia que seu aparelho respiratório já estava comprometido - não sou médico, não posso garantir -, mas me pareceu isso pela forma como respirava, de uma forma quase que ofegante, dormindo e ela não estava trabalhando, estava dentro do forno. Aquele forno todo sujo de pedaços de carvão, a mãe estendeu um saco, era o saco onde eles colocavam o carvão para transportar, o saco estava estendido no chão; aquele forno de carvoaria parece um iglu, então a criança estava deitada lá no forno dormindo! Do lado de fora, tomando conta dos outros fornos, uma bateria grande, estava trabalhando o pai, a mãe e o irmão mais velho, que devia ter uns 10 ou 12 anos, o irmão do meio estava por ali e a menorzinha estava dormindo dentro do forno. Você diz, olha: "Aquele criança está trabalhando?" Não, você viu que ela estava dormindo, vai dizer, vamos inventar história, dizer: "Não, estava aqui." Não, não, estava dormindo! O que é que você faz com uma criança dessa? Você vai deixar lá? Não pode, então é preciso do que? Do município, da Secretaria Municipal de Educação, é preciso você articular uma escola na área rural, transporte pra essa escola. Então você vai envolvendo um sem número de pessoas e de entidades, porque tirar a criança dali é um problema complexo, eu poderia fazer um pedido e interditar a carvoaria. O auditor fiscal do trabalho tem poder para interditar de imediato. Eu poderia fazer um pedido judicial e pedir ao juiz para interditar, mas isso não resolve o problema, você vai criar é um problema maior porque aqueles trabalhadores que estavam tirando sua sobrevivência dali iam pra onde? Pra periferia, ia criar ao longo do tempo uma favela ao redor das cidades. Então é preciso trabalhar de forma articulada, é preciso ter sensibilidade, ter espírito democrático e ouvir também, porque a gente também erra, né? Eu acho que essa é a grande lição. Pra mim é uma grande lição, intervir de forma articulada, respeitar os parceiros, trazer cada vez mais parceiros que tenham responsabilidade e que possam auxiliar na solução dos problemas. P/1 – Luiz Antônio, obrigada pela entrevista, em nome do Museu eu agradeço a oportunidade. R – Eu é que agradeço a oportunidade. Foi um prazer. ----- Fim da entrevista -----